

Estratégia de Desenvolvimento Local Leader Sor 23-27

NOME BENEFICIÁRIO	LeaderSor - Associação para o Desenvolvimento Rural Integrado do Sor
NIFAP	7164476
DESIGNAÇÃO	Parceria Leader Sor 23-27
OPERAÇÃO	10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui a Estratégia de Desenvolvimento Local Leader Sor 23-27, adiante designada de EDL, da LeaderSor – Associação para o Desenvolvimento Rural Integrado do Sor, enquanto entidade gestora deste Grupo de Ação Local (GAL), elaborada no âmbito da primeira fase de qualificação da iniciativa de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) relativa à constituição e reconhecimento do respetivo GAL, com o Aviso n.º 02/Operação 10.1.1/2023.

A LeaderSor, associação sem fins lucrativos, foi constituída em 22 de agosto de 1991 e tem como objetivo o desenvolvimento rural integrado dos concelhos que integram a sua zona de intervenção, pelo que a EDL constitui o documento de planeamento estratégico, no período de programação dos fundos comunitários, que será determinante para os objetivos do desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia e a melhoria das condições de vida das populações, tendo em conta as características socioculturais mais relevantes, necessidades e potencialidades locais.

1.1 Vertente do DLBC

O território de intervenção correspondente à área de atuação do GAL, converge com os critérios definidos no ponto 2 do Aviso (cf. referido anteriormente), nomeadamente no que diz respeito à sua natureza de base rural. Com efeito, veem-se ultrapassadas as condições e limitações territoriais, pelo que a presente candidatura avança a implementação de um instrumento Desenvolvimento Local de Base Comunitária, na vertente Rural.

De facto, as vinte e seis freguesias dos seis concelhos do território de intervenção – Alter do Chão, Avis, Fronteira, Gavião, Mora e Ponte de Sor, são consideradas Rurais, tal como indicado no Anexo II do Aviso e de acordo com os critérios e classificação estabelecida para fins da aplicação do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR2020). O conjunto deste território tem uma população residente de 32491 habitantes, de acordo com o recenseamento de 2021, (INE, Censos 2021). Pertencente à mesma NUTS II – Alentejo, este conjunto territorial apresenta características estruturais da ruralidade que caracteriza grande parte do continente português e, sobretudo, o interior do território nacional.

Não obstante, a homogeneidade do efetivo populacional entre os seis concelhos é quebrada por Ponte de Sor que concentra cerca de 47% de população residente, sendo, no entanto, aquele que apresenta maior superfície territorial, aproximadamente 840km². Destaca-se ainda o efeito do fenómeno do êxodo rural das últimas décadas nos baixos limiares demográficos, pelo que a densidade populacional da zona LeaderSor (11,63hab/km²) se apresenta inferior à região Alentejo (22,29hab/km²).

2. TIPOLOGIA E LIMITES DO TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO

2.1 Território de atuação

A LeaderSor tem um território de atuação de aproximadamente 2795 km², onde residem, como já referido, 32491 habitantes de acordo com os últimos dados censitários. Esta população distribui-se de forma heterogénea pelas 26 freguesias dos 6 concelhos que delimitam administrativamente esta Associação. Todas as 26 freguesias são consideradas rurais (GPP, 2020) e não litorâneas por se encontrarem geograficamente afastadas do litoral continental, ou seja, o seu território não abrange a área costeira sob influência das marés.

Os baixos valores do efetivo populacional são quebrados pelas freguesias sede de concelho, que concentram a maioria da população concelhia. Sem surpresa, é a União de freguesias de Ponte de Sor, Tramaga e Vale de Açor, aquela que apresenta maior população residente, isto é 69% do total do concelho e 32,3% do total do território da LeaderSor.

Trata-se de um território que apresenta uma vocação essencialmente agroflorestal, evidenciada quer pela área que está classificada como Superfície Agrícola Utilizada (SAU) – 95,2% do total da Zona LeaderSor (INE, RA 2019) –, quer

pela área que está classificada na Carta de Ocupação do Solo de 2018 – 44,8% como Florestas, 17,1% como Agricultura e 21% como superfícies agroflorestais.

Do ponto de vista da empregabilidade, na região da LeaderSor, apesar do decréscimo do efetivo empregado, viu-se subir a percentagem de população empregada de 34% em 2011 para 37%, segundo os censos de 2021 (contrastando com os 41% da região Alentejo e os 43% de Portugal Continental). À semelhança do retrato nacional, a maior porção de população empregada recai sobre o setor terciário, seguindo-se o secundário, sendo que em ambos os casos a região da LeaderSor apresenta valores inferiores à região Alentejo e Continente. Todavia, mesmo com dimensão reduzida face ao secundário e terciário, o setor primário na LeaderSor ronda os 14% do emprego na região, superior aos 11,2% no Alentejo e 2,8% no Continente.

Segundo os dados dos censos de 2021, na região da LeaderSor existem aproximadamente 3672 empresas, sendo que apenas 114 empregam mais de 10 trabalhadores e apenas 2 delas são consideradas grandes empresas (mais de 250 trabalhadores). Embora esta oferta corresponda a apenas 4% do total de toda a região do Alentejo, no que diz respeito à atividade económica desenvolvida, os dados revelam que 1025 empresas operam na “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, sendo que deste total, 254 empresas focam-se na “silvicultura e exploração florestal”. Das 195 empresas da indústria transformadora, 82 são de base alimentar e bebidas. O Setor do comércio e serviços assume uma grande importância em termos de número de empresas, havendo 306 empresas ligadas ao “alojamento, restauração e similares”. Este efetivo, juntamente com outras atividades, como por exemplo as 5 “agências de viagem, operadores turísticos e outros serviços”, são determinantes para suporte a sustentabilidade do setor do Turismo neste território.

Esta dinâmica socioeconómica é enquadrada por um território que, do ponto de vista biofísico, é fortemente influenciado pela presença de importantes reservas hídricas provenientes das albufeiras de Montargil, Maranhão e, mais recentemente, do Pisão no concelho do Crato. Embora esta última barragem não se insira na zona da LeaderSor, a sua albufeira e capacidade de aproveitamento hidroagrícola está geograficamente próxima e será de enorme valor para o desenvolvimento do Alto Alentejo e deste território.

2.2 Justificação da tipologia e limites

A definição dos limites do território de atuação da LeaderSor, assim como da sua tipologia, foram estabelecidos tendo em consideração distintos critérios justificativos, tendo sempre presente que no topo desse desenho territorial está a capacidade desta unidade potenciar os interesses da sua população, tendo em conta as diferentes definições e orientações políticas das realidades concelhias. Neste sentido, destacam-se os três seguintes critérios:

a) Continuidade das iniciativas LEADER em anteriores Quadros Comunitários de Apoio

Desde 1991 que a Associação LeaderSor tem assumido a responsabilidade, enquanto Grupo de Ação Local, de desenvolver conjuntamente com os seus vários parceiros, um conjunto de ações preconizadas pelas iniciativas LEADER, nomeadamente a LEADER I (1991-1993), LEADER II (1994-1999), LEADER+ (2000-2006), Ação LEADER 2007-2013 e LEADER – PDR2020.

Durante mais de três décadas, esta unidade geográfica estabelecida com a LeaderSor assim como os múltiplos agentes políticos, económicos e sociais foram construindo e reforçando parcerias e vínculos de união identitária. Este trabalho contínuo de alinhamento de sinergias tem, mais uma vez, oportunidade de ser aprofundado em prol de um desenvolvimento territorial integrado e cada vez mais sustentável, sedimentando-se desta forma a coesão territorial tão importante em territórios de baixa densidade, rurais e de significativa interioridade.

Com efeito, para além de ser importante perspetivar uma estratégia de desenvolvimento futuro, é igualmente fundamental reconhecer e realçar alguns dos domínios em que a atividade conjunta dos vários agentes deste território foi particularmente marcante para o desenvolvimento desta área de intervenção:

- Introdução das primeiras iniciativas ligadas ao Turismo Rural na região;
- Desenvolvimento contínuo de múltiplas atividades de animação cultural e de lazer, nomeadamente ligadas à cinegética, à atividade equestre e aos desportos e lazer náuticos;
- Lançamento da Associação de Turismo Integrado “Montes Alentejanos – Espaços de Lazer”, com construção de uma rede de parceiros para a valorização deste património arquitetónico e paisagístico;
- Introdução de novos produtos e tecnologias agrícolas e de transformação agroindustrial;
- Criação de empresas locais de prestação de serviços essenciais à atividade e sustentabilidade do tecido económico da região.

b) Continuidade geográfica

Para além do facto de esta delimitação estar integrada numa única NUTSII – no presente caso do Alentejo –, esta unidade geográfica que se estabelece como área de intervenção da LeaderSor, inclui seis concelhos contíguos, ou seja, sem qualquer divisão ou fracionamento entre eles. Mantém uma lógica de bacia hidrográfica associada ao Vale do Sorraia, pelo que todos os concelhos dependem economicamente das massas de água de Montargil e Maranhão (incluindo o concelho de Mora pertencente ao Distrito de Évora). Isto significa que esta área de aproximadamente 2795 km² e constituída por 26 freguesias rurais apresenta uma continuidade geográfica bastante importante no que concerne à partilha identitária. Tendo em consideração a história do seu próprio desenvolvimento territorial, verifica-se que a forte componente agrícola, pecuária e florestal estão na base da sustentação das suas comunidades locais, traduzida numa continuada partilha de valores comuns e fatores identitários que têm sido aprofundados e potencializados nas últimas décadas.

c) Relativa homogeneidade territorial e socioeconómica

Como referido de forma sucinta anteriormente, este território da LeaderSor apresenta uma densidade populacional relativamente baixa, quando comparada com outros contextos administrativos. Porém, mesmo com o destaque em termos de desenvolvimento do povoado da sede do concelho de Ponte de Sor, é também certo que os principais indicadores sociais e económicos se mantêm relativamente homogéneos (ou pelo menos proporcionais) por toda a região.

Com efeito, esta comunidade de base rural, com um efetivo populacional acima dos 20 mil habitantes e bastante longe dos 200 mil, é composta de forma transversal por diversos povoados envelhecidos (33,2% da população tem mais de 65 anos, superior aos 27% da região Alentejo e 23,7% do Continente), com níveis de formação ainda pouco favoráveis de onde sobressai 7.3% de taxa de analfabetismo (ou seja, população que não sabe ler nem escrever) bem como os 16% de residentes sem qualquer nível de escolaridade e apenas 9,5% de população com curso superior completo. Os 37% de população empregada representam um valor também inferior aos 41% do Alentejo, embora, como já referido, o peso no setor primário de 14% seja superior ao da região Alentejo e Continente.

No que diz respeito a aspetos biofísicos, tratando-se de um território integrado na grande bacia hidrográfica do Tejo e por isso pertencente à Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste, refira-se para o presente caso a importância do Rio Sôr e da Ribeira de Seda (que constitui o troço montante do Rio Sorraia) no desenvolvimento destas comunidades, nomeadamente no destaque das suas bacias hidrográficas quer na regulação do ciclo hidrológico quer no fornecimento de água para as várias dinâmicas sociais e económicas deste território. Desempenham por isso um papel fundamental na definição de duas grandes zonas agroecológicas homogéneas, com uma litologia marcada por depósitos pliocénicos do Ribatejo, Alto Alentejo e Beira Baixa no setor poente deste território e uma sequência de unidades intercaladas entre xistos, calcários e complexos vulcânicos no setor nascente, correspondente a Alter do Chão. Isto significa que em termos de impactos nas atividades que se desenvolvem, existe uma zona de arenitos, argilas e conglomerados, e de grandes terraços de areias e cascalheiras junto ao Rio Sôr, onde predomina uma paisagem é marcada pela presença do montado de sobro, pinhal manso e ovinos em exploração intensiva; e uma zona de margas e argilas, mais barrenta portanto, em que se verifica uma presença dominante dos sistemas com base no olival, cultura de cereais e exploração extensiva do gado bovino.

3. CARACTERIZAÇÃO DA PARCERIA E MODELO ORGANIZACIONAL

3.1 Caracterização da parceria

A qualificação de parcerias é um importante objetivo desta Estratégia, fomentando-se, na medida das possibilidades operacionais, as necessárias sinergias para que a GAL consiga cumprir com os desígnios a que se compromete. Esta parceria de instituições de base local e sub-regional com intervenção relevante tanto ao nível da sua esfera de atuação, como no âmbito territorial de intervenção, consagra-se em torno da presente Estratégia integrada de desenvolvimento, tendo o seu efetivo total aumentado face ao período de programação anterior. Assim, a parceria que aqui se estabelece apresenta as seguintes características:

Denominação	Leader Sor 23-27 – Grupo de Ação Local Rural
Tipo	Pessoa coletiva de carácter associativo, constituída ao abrigo dos artigos 167º e seguintes do Código Civil
Entidade Gestora	LeaderSor – Associação para o Desenvolvimento Rural Integrado do Sor

Para além da própria associação LeaderSor que lidera a parceria e do seu grupo de associados, a LeaderSor celebrou diversos protocolos de colaboração específicos, no sentido de complementar as suas valências e garantir a

elaboração e a melhor implementação da sua EDL, com entidades que não são suas associadas. É assim considerada uma rede vasta de associados e parceiros, em maior número que no anterior quadro comunitário, de diferentes setores de desenvolvimento. Este grupo abrange o setor da produção agrícola e florestal (porco alentejano, ovinos, azeite, agricultura de precisão, planta aromáticas e medicinais, etc.), associações de florestais, de comércio, a indústria da cortiça e outras agroindústrias, associações culturais, Santa Casa da Misericórdia, os Municípios e as Comunidades Intermunicipais, algumas entidades de ensino, outras ligadas à energia e ambiente, turismo entre outros.

Neste sentido, tendo em consideração as exigências formais relativas à estrutura e qualidade da parceria, o quadro seguinte destaca-se os tópicos mais relevantes dessa composição:

Quadro 1 – Síntese da estrutura da Parceria

Total de entidades associadas	%
Entidades ligadas à agricultura e pecuária	42%
Entidades ligadas à indústria e comércio	20%
Entidades ligadas ao desenvolvimento local, cultura e turismo	12%
Entidades da esfera da Administração Pública	13%
Entidades ligadas à atividade imobiliária, financeira, apoio social, ensino e profissionais liberais	13%

Do conjunto de entidades com protocolo de parceria, destacam-se as duas Comunidades Intermunicipais (Alto Alentejo e Alentejo Central) que, em conjunto com as Câmaras Municipais do território da LeaderSor, são uma garantia da harmonização desta EDL com as próprias orientações estratégicas municipais e sub-regionais. Refira-se ainda que a continuidade dos protocolos celebrados com entidades homólogas da LeaderSor para territórios adjacentes (Ribalocal e a Ader-AI) será uma mais-valia para a sustentação de projetos de cooperação interterritorial fundamentais para o sucesso desta EDL.

3.1 Modelo organizacional

Como já referido, a LeaderSor é uma entidade de direito privado que tem por objeto o desenvolvimento rural integrado dos concelhos de Alter do Chão, Avis, Gavião, Fronteira, Mora e Ponte de Sor. Por um lado, enquanto Associação legalmente constituída, os seus órgãos sociais são compostos por uma Direção, uma Assembleia Geral e um Conselho Fiscal, cujas competências e funções são as que constam dos respetivos estatutos (que se submete em Anexo). Por outro lado, enquanto entidade gestora de programas financiados pelas iniciativas LEADER anteriores, existe um órgão de gestão, eleito pela Assembleia Geral, cujas competências estão definidas em Regulamento Interno próprio (que também se submete em Anexo).

O quadro seguinte releva a estrutura dos órgãos da LeaderSor:

Quadro 2 – Síntese dos Órgãos da LeaderSor

Órgãos		Entidade	Representante	Função
Sociais	Direção	AFLOSOR-Associação de Produtores Agro-Florestais da Região de Ponte de Sor	Manuel Maria Salgado de Goes	Presidente
		Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor	Salomé Pereira	Secretário
		Ass. de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	Miguel Teles Branco	Tesoureiro
	Conselho Fiscal	Individual	Fernando Maria Pereira Valadares Couceiro	Presidente
		Empresa Industrial de Pimentão, Lda	Pedro Manuel Bairrão Henriques	Secretário
		Individual	Maria da Conceição Figueira Rodrigues	Secretário
	Assembleia Geral	Individual	José Guilherme Salgado de Goes	Presidente
		Individual	José Luís Henriques Alves Bento	Secretário
		Individual	Mário Olímpio Alves Varela Martins	Secretário
Gestão		AFLOSOR-Associação de Produtores Agro-Florestais da Região de Ponte de Sor	Paulo Manuel Graça da Cruz Tenreiro	Presidente
		Sociedade Agrícola Herdade do Gamoal	Pedro Miguel Belo Ramos Courinha Martins	Vice-Presidente
		Ass. de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	Miguel Teles Branco	Secretário
		Montes Alentejanos – Espaços de Lazer-Associação de Turismo Integrado	Jorge de Carvalho	Vogal
		Empresa Industrial de Pimentão, Lda.	Pedro Manuel Bairrão Henriques	Vogal

4. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

4.1 População

Demografia: O território abrangido pela EDL possui 32491 habitantes (2021). A maioria dos municípios caracteriza-se por ter quantitativos populacionais muito baixos; inferiores a 5000 habitantes, com exceção de Ponte de Sor com mais de 15.000hab. (quase metade da população abrangida pelo território). Fronteira é o mais pequeno com apenas

2858hab. Apesar disso, todos os municípios são de baixa densidade, com quantitativos inferiores a 20 habitantes por km². Todos os concelhos têm estado a perder população, sobretudo no último período censitário.

A população residente distribui-se de forma homogénea por grandes classes etárias, verificando-se um peso maior do grupo entre os 24 e 64 anos de idade. A tendência de envelhecimento já referida é constatada aqui quer pela diminuição da proporção de jovens (<25 anos), quer pelo aumento da proporção de população com mais de 64 anos. O concelho de Gavião apresenta maior proporção de residentes idosos (42,1%), contrastando com Ponto de Sor como aquele que apresenta mais jovens (20,3%). O índice de envelhecimento acompanha esta tendência e traduz uma população envelhecida comprometendo a renovação da população. Os municípios de Gavião e Mora são os que têm este fenómeno mais evidente. No entanto, é de notar o facto de Avis e Alter do Chão revelarem uma constante diminuição do índice de envelhecimento desde 2011

Embora o quadro de população estrangeira residente seja bastante heterogéneo, verificam-se algumas evidências claras sobre a predominância de umas nacionalidades face a outras. A maioria dos cidadãos de nacionalidade estrangeira a residir neste território da LeaderSor são originais da Roménia – no caso de Alter do Chão e Fronteira são mais de metade; em Avis e Mora essa percentagem é também bastante expressiva. Ressalta-se também os residentes provenientes do Brasil (Gavião e Ponte de Sor), e residentes provenientes da China (Gavião e Mora).

Ensino: A maioria da população residente na área de influência da LeaderSor possui apenas o 1º ciclo do ensino básico completo. De facto, mais de metade da população com 15 ou mais anos tem apenas o 2º ciclo ou menos de escolaridade. Apesar disso, verifica-se uma grande melhoria quando comparado com os dados de 1981 onde mais de metade da população em todos os 6 municípios não possuía escolaridade. Atualmente, cerca de 10% da população com mais de 15 anos não tem escolaridade; valor muito semelhante ao da população que tem ensino superior completo (10%). Gavião é o município onde é menor o peso da população sem escolaridade (9,6%), estando Avis no espectro contrário (12,6%)

A maioria da população com ensino superior completo formou-se nas áreas da Educação (18%) e Saúde e Proteção Social (18%), seguindo-se a área de Ciências empresariais, administração e direito (17%). De referir que em Alter do Chão e Ponte de Sor, verifica-se uma primazia da área de ensino de saúde e proteção civil, enquanto nos municípios de Fronteira e Mora é a área do Ensino que apresenta um maior peso. Nos restantes municípios é a área de Ciências empresariais, administração e direito.

A taxa de analfabetismo acompanha a tendência de melhoria dos níveis de escolaridade da população e de equidade no acesso. Apesar de a taxa de analfabetismo ser mais alta entre as mulheres que entre os homens, o fosso tem diminuído nos últimos 40 anos

4.2 Economia e emprego

Emprego e empreendedorismo: No setor económico, verifica-se que em 2021 os níveis de emprego neste território são abaixo da região Alentejo e Continente, mantendo a tendência de 2011. Verificou-se, no entanto, um aumento da proporção de população empregada que exerce atividade.

À semelhança do que aconteceu com o período homólogo anterior, entre 2011 e 2021 o emprego nos setores primário e secundário diminuiu, tendo-se reforçado o peso do terciário, sobretudo ligado ao apoio social (39%), principalmente em Alter do Chão e Gavião onde representam mais de 72% da população empregada. O setor primário continua a ser o que apresenta um menor peso (13,9%), com Avis a apresentar a percentagem mais elevada (17,9%). Apesar de uma certa regularidade nesta proporção da população empregada, verifica-se que Ponte de Sor é o concelho com mais população empregada, sobretudo no terceiro setor.

Dos cerca de 4700 trabalhadores por conta de outrem, 47,2% operam em Ponte de Sor. A maioria dedica-se aos “serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores” (24,9%). Avis e Ponte de Sor apresentam maior proporção de “trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices” e Mora apresenta o maior número de trabalhadores não qualificados. Com exceção de Avis, a taxa de desemprego é mais baixa em todos os municípios da área de influência da LeaderSor que a registada no país. Esta diminuiu mais de metade entre 2011 e 2021, principalmente em Ponte de Sor, Fronteira e Gavião. A desigualdade entre homens e mulheres tem diminuído mas ainda é visível que o desemprego afeta mais as mulheres que os homens.

No que concerne à atividade empresarial, verifica-se que o número de empresas no território da LeaderSor representa cerca de 4,2% do total da Região Alentejo, sendo que o concelho de Ponte de Sor contribui quase 50% para esse total. Por seu turno, é em Gavião que se localiza o menor número de empresas. Entre 2011 e 2021 houve um aumento de 7,4% do número de empresas neste território, sendo esse aumento mais expressivo no concelho de Alter do Chão (18,4%) e Fronteira (14,1%). Para este aumento contribuiu o maior aumento do número de empresas

com mais de 10 trabalhadores, sobretudo em Avis e Ponte de Sor que estiveram mais próxima de duplicar o valor entre 2011 e 2021. Em 2021 o VAB gerado pelas empresas com atividade no território foi de aproximadamente 148M€, que representou cerca de 3% do total gerado na Região Alentejo.

Agroflorestal: O setor primário permanece como o sector fundamental para a promoção do desenvolvimento regional e local. De acordo com a COS2018, nesta área de intervenção tem prevalecido o aumento de áreas agrícolas e florestais, entre 2010 e 2018, em detrimento dos matos e pastagens. As florestas representam o grosso deste território (45%), com maior expressividade em Ponte de Sor (cerca de 47% da floresta na área da LeaderSor). As Superfícies Agroflorestais (SAF) têm boa expressão, perfazendo juntamente com as áreas agrícolas cerca de 39%.

No que toca à SAU, a região apresenta uma tendência crescente, com exceção de Gavião e Alter do Chão. Já o número de explorações agrícola tem diminuído. Ponte de Sor é ao mesmo tempo aquele que apresenta mais explorações com área >50ha. e <5ha. Relativamente às culturas temporárias ao longo dos últimos 30 anos, destacam-se as culturas forrageiras (com evolução crescente) que confirma a importância da pecuária, e a produção de cereais grão (com evolução decrescente). Relativamente às culturas permanentes destaca-se o Olival, Vinha e muito recentemente frutos de casca rija (amendoal e castanheiros). Os prados e pastagens permanentes assumem também uma evolução crescente no território. No setor da pecuária predomina a produção de ovinos que regista um aumento do efetivo de 2009 a 2019, e produção de bovinos. Predominam os proprietários de natureza singular e explorações por conta própria. Verifica-se um decréscimo no uso de mão-de-obra agrícola familiar e uma estabilização da não familiar (ao contrário da região do Alentejo e do Continente que apresentam um aumento deste tipo de mão de obra). Existem produtores individuais e coletivos que fazem parte das cadeias de valor agroalimentares e que se focam numa agricultura comercial orientada para os mercados nacionais e globais dominados pela grande distribuição, e alguns mercados de relativa reduzida dimensão.

Apesar da superfície irrigável das explorações agrícolas tem diminuído desde 1989, com exceção do concelho de Alter do Chão, destaca-se a importância da grande área de Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sorraia (gerido pela Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia, desde 1959), que inclui neste território a Barragem de Montargil, Barragem de Maranhão, Barragem do Gameiro e Barragem do Furadouro, incluindo estações elevatórias, uma vasta rede de distribuição e valas de irrigação. Refira-se ainda a importância da construção da Barragem do Pisão que se enquadra no projeto de Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato e se configura como um dos mais importantes investimentos feitos no território do Alto Alentejo, nas últimas décadas, e de crucial importância para o desenvolvimento deste território, em particular Alter do Chão e Fronteira, permitindo ganhos na produção elétrica, abastecimento público de água e produção agroalimentar como aumento da área de regadio que permitirá introduzir novas e benéficas culturas.

No que concerne à floresta, Ponte de Sor é quem mais contribui para essa ocupação. Predominam espécies arbóreas autóctones, como o sobreiro (*Quercus suber*), a azinheira (*Quercus ilex*), o pinheiro-manso (*Pinus pinea*) e o carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*). Há, neste caso, uma expressão relevante das primeiras duas espécies, muito adaptadas ao clima existente, enquanto ecossistema típico da bacia mediterrânica – o montado de sobro e azinho –, constituindo sistemas agro-silvo-pastoris explorados aos diversos níveis, arbóreo, arbustivo e herbáceo. Simultaneamente, o território possui matagais e bosques mediterrânicos que garantem muita heterogeneidade paisagística, criando mosaicos de habitats que favorecem distintos nichos. Esta biodiversidade providencia importantes serviços do ecossistema, de onde se destaca a madeira e a cortiça.

Agroindústria e outras empresas relevantes: Para além de pequenas oficinas especializadas no apoio à construção civil, como são o caso de serralharia, alumínio, oficina-auto e pneus, refiram-se a existência da indústria de cortiça (de extração e transformação e associada ao vasto montado de sobro), indústria agroalimentar (rações para gado, lagar de azeite, moagem de pimentão seco, transformação de suínos), da agropecuária e exploração florestal e até da indústria de componentes aeronáuticos.

No setor corticeiro, Ponte de Sor e Alter do Chão implantam importantes unidades fabris, com grande relevância para a mão-de-obra existente. Em Mora, a indústria de transformação de tomate fresco é um importante empregador sazonal na região. Já em Ponte de Sor, o *cluster* de indústria de ponta, ligado ao aeronáutico existente no Centro de Acolhimento Empresarial para a Indústria Aeronáutica e Aeroespacial, dedica-se ao fabrico de componentes aviónicos e à manutenção desse tipo de sistemas. Neste equipamento avizinha-se o grande desafio de construção do primeiro avião 100% portugueses.

4.3 Recursos do património rural e turísticos

Na área de intervenção da LeaderSor, a diversidade da paisagem que resulta do cruzamento entre a atividade agrícola e florestal (sobretudo pela expressão que têm estas ocupações do solo neste território) com outras atividades e serviços, como o caso do Turismo Rural e Turismo de Natureza permite elevar um importante conjunto de recursos naturais e valores biogeográficos, de onde se destaca, desde logo aqueles associados aos seus recursos hídricos. O rio Sor e a ribeira de Seda, incluindo a sua relação com o rio Sorraia, detêm aqui um papel de destaque, permitindo que o recurso “água” assuma nesta região uma posição de relevo. O seu expoente mais espetacular é assumido nas Albufeiras de Montargil e Maranhão, que potenciam o turismo náutico com elevada procura (como é o caso de equipas desportivas internacionais de remo e canoagem que aqui se fixam durante temporadas de treino). As oito praias fluviais para a prática banhar comprovam a qualidade da água. O Fluviário de Mora é um outro atrativo, dedicado aos ecossistemas de água doce e ao conhecimento da sua biodiversidade. A Estância Termal de Sulfúrea em Cabeço de Vide, completa este potencial do recurso água, no que ao Turismo de Saúde diz respeito.

Os mais de 10 Percursos Pedestres que percorrem o território da LeaderSor oferecem a oportunidade singular de estar mais conectado com o património natural, em comunhão com a diversidade e qualidade da paisagem alentejana (considerada um importante recurso). Os passadiços, nomeadamente o do Alamal e do Parque Ecológico do Gameiro, são também um chamariz turístico. Refira-se também o Sítio de Importância Comunitária do Cabeção (PTCON0029) da Rede Natura 2000, uma Zona Especial de Conservação de aproximadamente 48 500ha, que cruza os concelhos de Ponte de Sor, Alter do Chão, Avis e Mora e se encaixa entre o rio Sor e a ribeira de Seda. este vasto território de ocupação agrícola e florestal, aliada à presença de importantes cursos de água e de albufeiras com alguma expressão na região, é também de destacar a existência de mais de 250 espécies de aves¹ que aqui nidificam, aproveitando as condições de calma e vegetação envolvente. Montargil e Maranhão proporcionam excelentes condições para a observação de aves (*birdwatching*), pelo que se identificam duas áreas importantes para as aves (*important bird áreas*): a do Cabeção (PT016) e a de Alter do Chão (PT017).

Relativamente às questões imateriais da cultura, destacam-se as manifestações festivas, enquanto elementos típicos da cultura popular e tradicional, com a forte presença das festividades religiosas mas também de outros eventos culturais de celebração importantes para quem visita este território. Refira-se a “Mostra de Artesanato, Gastronomia e Atividades Económicas” em Gavião, a “Feira Agropecuária e Feira de Produtos Regionais” em Alter do Chão, a “Feira dos Sabores” e a “Feira Agroflorestal” em Ponte de Sor.

Por seu turno, no que concerne ao lado material do património, neste caso arquitetónico, este território da LeaderSor é bastante rico em monumentos de origem religiosa, civil e militar, constituindo-se importantes recursos que potenciam o turismo desta região. Para além das suas várias igrejas e capelas, bem como outros elementos de arquitetura religiosa, destacam-se vários miradouros, pontes, fontes e chafariz, castelos e inúmeros monumentos megalíticos do rico património arqueológico. São exemplo o Castelo de Belver, o Castelo de Alter do Chão, a ponte romana de Vila Formosa e a ponte da Ribeira Grande. Enquanto espaços de acolhimento de saber e da história local, refiram-se o Museu do Vinho e do Pão; Museu do Sabão; Casa das Artes de Gavião e o Núcleo Museológico das Mantas e Tapeçarias de Belver em Gavião, a Casa do Álamo e a Estação Arqueológica de Alter do Chão; o Centro de Artes e Cultura de Ponte de Sor; Museu do Campo Alentejano (MusCA), Centro de Arqueologia de Avis e Centro Interpretativo da Ordem de Avis; Museu Interativo do Megalítico e Núcleo Museológico Agroflorestal em Mora.

A aposta no turismo no contexto do espaço rural apresenta-se como uma alternativa emergente na problemática da valorização do território. No que concerne à oferta turística, segundo o INE, a área da LeaderSor possui 38 alojamentos turísticos, dos quais sete são hotéis. O número de alojamentos turísticos aumentou quase 50% desde 2014. Quase 40% dos quartos estão concentrados em Ponte de Sor. Em média, 7,5% dos hóspedes são estrangeiros, sendo em Mora que se regista um rácio mais elevado (14%). Em 2022 os alojamentos turísticos reportaram um proveito superior a 11M€. A figura de alojamento local é uma realidade emergente que complementa esta oferta. Refira-se um ótimo exemplo de turismo sustentável criado no empreendimento de ecoturismo Gavião Nature Village², assim como o potencial do Olivoturismo (associado ao setor Olivícola e á grande produção de azeite) que se alia à gastronomia ímpar e a um património histórico incalculável.

4.4 Produção, infraestruturas e serviços básicos

A importância que a produção agrícola e pecuária tem para a dinâmica socioeconómica, está representada na gastronomia e na qualidade dos seus produtos, com sabores, aromas e com muitos ingredientes trazidos diretamente

¹ The Cornell Lab of Ornithology - <https://ebird.org/>

² www.gavionaaturevillage.com

do campo para a cozinha. É possível identificar mais de duas dezenas de produtos agroalimentares³ cuja área geográfica de produção e/ou transformação inclui de forma total ou parcial o território da LeaderSor. Destacam-se as carnes e derivados, os queijos, azeites, mel e vinho.

Este território está dotado de infraestruturas urbanas indispensáveis às comunidades rurais que sustentam toda a dinâmica socioeconómica, como abastecimento e distribuição de água, energia elétrica, telecomunicações, saneamento, transporte público, assim como de um conjunto de serviços básicos associados a outros setores do desenvolvimento, tais como o ensino e o apoio e solidariedade social. No domínio da formação e ensino destacam alguns cursos profissionais nos Agrupamentos de Escolas dos municípios, os cursos técnicos superiores profissionais de aeronáutica da Escola Superior Tecnologia de Setúbal e, com maior destaque, o ensino profissional focado na atividade do mundo rural que é promovido pela Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão (EPDRAC). Este território apresenta também uma boa cobertura de entidades de responsabilidade e apoio social (mais de 50 estabelecimentos de solidariedade social), que dão resposta às necessidades e desequilíbrios sociais, nomeadamente em termos de pobreza, discriminação, toxicodependência e doença mental. O número de beneficiários do rendimento social de inserção, número de beneficiários com atribuição do subsídio de desemprego e número de beneficiários com abono de família, do território da LeaderSor, representam cerca de 5% da Região Alentejo, sendo que em 2019 os valores de população beneficiária eram de 861, 1311 e 2510 respetivamente.

Para esta rede de suporte populacional e das atividades que aqui se desenvolvem, em muito contribuem as infraestruturas de acessibilidade, nomeadamente o IC13, que liga este território a Portalegre, sede de Distrito (embora incompleto), bem como várias Estradas Nacionais incluindo a nº2 de referência nacional. Refira-se também a importância histórica da ligação ferroviária possibilitada pela Linha do Leste, que une Lisboa a Badajoz, e que atravessa longitudinalmente a zona da LeaderSor. Se no passado esta linha permitiu o desenvolvimento do setor corticeiro neste território, hoje ela é fundamental para a deslocação de centenas de passageiros e volumes consideráveis de bens e mercadorias. Também com grande relevância para a dinâmica económica deste território está o Aeródromo Municipal de Ponte de Sor, a 8km da cidade, é uma infraestrutura pública e de utilização pública, certificada pelo Instituto Nacional de Aviação Civil.

4.5 Sustentabilidade e clima

As alterações climáticas são um desafio presente que afeta todos os territórios, de formas distintas, prejudicando as suas economias e as populações residentes. Cenários de eventos climáticos extremos como o aumento das temperaturas médias ou as intensas precipitações são algumas das possíveis consequências que afetam de forma transversal estes territórios e que têm consequências brutais para as comunidades mais vulneráveis. Embora a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas e os Planos Intermunicipais de Adaptação às Alterações Climáticas do Alto Alentejo e o do Alentejo Central preconizem um conjunto de ações e medidas que visam o combate aos eventos perigosos, numa lógica de prevenção e mitigação, a problemática dos incêndios rurais é transversal a uma grande parte dos territórios rurais, incluindo a área da LeaderSor (duas freguesias do concelho de Gavião são Territórios Vulneráveis com elevado risco de incêndio). Para contornar este e outros perigos (as alterações na biodiversidade e danos para as cadeias de produção, resultantes da seca; danos para a vegetação e danos para as infraestruturas, resultantes de vento forte; danos para a produção resultantes de geada; danos para a saúde, resultado da existência de partículas e poeiras no ar), neste território tem-se, dentro do possível, promovido os sistemas agro-silvopastoris, novas práticas em sistemas agrícolas adaptadas aos novos padrões climáticos, a eficiência do uso de água na atividade agrícola, a valorização da economia rural através da diversificação de produtos regionais.

Para este tema tem contribuído também a promoção de uma economia mais circular, de onde se destaca o Projeto Guardiões, promovido pelo Instituto Politécnico de Portalegre, pelo Fórum da Energia e Clima e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo. Para além de iniciativas promovidas pelos municípios, outras ações contribuem também para esta estratégia da circularidade, nomeadamente a recolha e valorização de óleos alimentares usados, convertidos em diversos detergentes ecológicos. Também a própria atividade da indústria corticeira tem aqui um importante lugar, uma vez que se para além do sequestro anual de carbono que a sua área florestal permite, o produto cortiça é 100% natural, reutilizável e reciclável.

4.6 Transição energética e digital

Este território está empenhado na transição energética e digital, tendo sido feitos esforços de procurar promover a sustentabilidade, reduzir as emissões de gases de efeito estufa e impulsionar a inovação tecnológica. Os municípios

³ Produtos Tradicionais Portugueses - <https://tradicional.dgadr.gov.pt/>

de Alter do Chão e Avis aderiram e subscreveram o Pacto de Autarcas, assumindo-se o compromisso de alcançar o objetivo de reduzir das emissões de CO2 e de outros gases com efeito de estufa (GEE) materializado no seu Plano de Ação para a Energia Sustentável, desenvolvido no âmbito do Projeto ZeroCO2. Os municípios participam ativamente em mais de uma dezena de projetos ligados, por exemplo, à valorização energética da biomassa, à eficiência energética e redução de emissões de CO2 entre instituições públicas e entidades privadas, instalação de sistemas solares térmicos, mapeamento eólico, gestão conjunta de áreas florestais, promoção de mobilidade e acessibilidades mais sustentáveis, entre outros.

No que concerne ao nível do investimento em estruturas e na produção de energias renováveis, destaque-se como produção hidroelétrica as Barragens de Montargil, Maranhão e Gameiro, com enorme importância para a região. Relativamente à produção fotovoltaica, refira-se o projeto SolaQua - Nutrifarms que tem como foco na irrigação fotovoltaica de alta potência e o aumento da quota de energias renováveis, em Alter do Chão, que é responsável por 80% do regadio, num total de 200 hectares de olival. Prevê-se também que no concelho de Gavião venham a nascer duas centrais solares - a da Margalha e do Polvorão.

No que diz respeito à transição digital - instrumento dinamizador de investimento tecnológico em setores de valor acrescentado que potencia e dinamiza emprego qualificado – é importante ter em consideração que as regiões do interior continental ainda se mantêm como as mais debilitadas neste processo, constituindo um paradigma que se quer inverter. Reconhece-se que a digitalização do interior será uma oportunidade para alavancar o desenvolvimento desses territórios, combatendo, por exemplo, o despovoamento e até desertificação que se tendem a verificar. Para isso têm-se feitos investimentos de estender a rede de fibra ótica por todo o território, constatando-se que são os núcleos urbanos os mais favorecidos neste aspeto (freguesias mais urbanas apresentam valores superiores a 50% de cobertura), observando-se más comunicações nos aglomerados mais rurais. Ainda assim, número de acessos à internet em banda larga é um indicador que tem vindo a evoluir positivamente nos concelhos da LeaderSor, desde cerca de 5000 acessos em 2012 até cerca de 13000 em 2022, o que demonstra, de certa forma, uma crescente digitalização da população e das atividades económicas que aqui se desenvolvem.

4.7 Governança local, cidadania e sociedade civil

Reconhece-se, cada vez mais, a necessidade do envolvimento, compromisso e da participação de todos os atores e agentes interessados no desenvolvimento dos territórios, sejam as instituições, as organizações, a comunidade rural e os cidadãos. O reforço das relações sociais com os parceiros e entre os mesmos é estabelecido por via de reuniões, eventos, atividades culturais, grupos de trabalho e projetos colaborativos em cooperação. O reforço das ligações é realizado nas duas perspetivas, horizontal (entre os parceiros dos GAL e as comunidades rurais) e vertical (entre os níveis político-administrativos local, regional e nacional).

Os contactos preconizados durante os últimos anos entre os diferentes intervenientes na transformação ambiental, sociocultural e económica, têm tido o objetivo de facilitar o apoio mútuo entre os distintos parceiros e a partilha de conhecimento e recursos, desenvolvimento de novos projetos, discussão de soluções inovadoras capazes de estabelecer complementaridades e gerar sinergias entre os projetos. Prevê-se que estes momentos de contacto se mantenham e sejam aumentados, tornando os métodos de participação mais inclusivos e transparentes, melhorando a governação local.

Desenvolveram-se iniciativas que envolvem a capacitação da comunidade rural, melhorando o acesso a recursos e oportunidades, tendo-se desenvolvido sessões de esclarecimento, de partilha de informação, de promoção de produtos, serviços e património da área de intervenção. Através dessas iniciativas, almeja-se promover a igualdade de oportunidades para todos, assegurando que cada agente tenha acesso aos recursos necessários para o seu crescimento pessoal e profissional.

4.8 Síntese do Diagnóstico

Com base na caracterização anterior, procedeu-se a uma síntese do diagnóstico territorial a partir da metodologia SWOT, cujos resultados fortemente representativos dos métodos participativos realizados (reuniões de trabalho semanais com a LeaderSor, inquérito aos Presidentes de Junta, grupo focal com entidades) se apresentam no quadro:

Quadro 3 – SWOT

Áreas temáticas	Pontos Fortes	Pontos Fracos
População	- Parque habitacional existente permite a atração e fixação de população jovem - Forte representatividade da componente associativa e da integração de valores comunitários	- Baixa densidade populacional e envelhecimento demográfico; despovoamento progressivo - Baixo nível de escolaridade
Economia e Emprego	- Elevada expressividade agrícola, pecuária e florestal que sustenta as comunidades locais e permite economia de escala - Presença de entidades com experiência na formação e capacitação da	- Baixo crescimento económico regional e reduzido nível de riqueza <i>per capita</i> - Baixa competitividade económica associada ao emprego / empreendedorismo face à região Alentejana

Áreas temáticas	Pontos Fortes	Pontos Fracos
	- população ▪ Evolução empresarial e industrial relacionada com a extração corticeira ▪ Presença de setores de atividade com potencial competitivo (agroindústria e fileiras)	▪ Pouca criação de oportunidades de emprego qualificado ▪ Escassez de oferta de infraestruturas de apoio ao empreendedorismo ▪ Reduzida oferta de formação profissional, ainda que existam entidades disponibilizadas para o efeito
	▪ O forte desenvolvimento agrícola e florestal é potenciado pelas boas condições edafoclimáticas ▪ Procura crescente do território como destino turístico ▪ Dinâmica socioeconómica potenciada pelo Cluster Aeronáutico de Ponte de Sor	
Recursos do Património Rural	▪ Produtos tradicionais que se destacam pela autenticidade, qualidade artesanal e conexão com a identidade cultural local ▪ Características do património arquitetónico, com castelos medievais, igrejas barrocas e casas rurais em pedra, que exibem uma arquitetura distintiva e histórica ▪ Os aspetos culturais ligados à vida rural, incluindo a criação e domínio do cavalo Lusitano, desempenham um papel fundamental na identidade regional, preservando tradições ancestrais e fortalecendo o turismo equestre ▪ Boa preservação do património natural e paisagístico, visando a conservação da biodiversidade ▪ Boa qualidade e valorização dos recursos hídricos disponíveis ▪ Existência de áreas integrantes da Rede Natura 2000 com elevada riqueza ecológica ▪ Elevada atratividade turística relacionada com o património natural, com destaque para a disponibilidade de condições para o ecoturismo (p. ex. birdwatching) ▪ Manutenção e valorização do património rural, histórico e cultural	▪ Abandono de atividades tradicionais e culturais ▪ Insuficiência de atividades recreativas e culturais
Produção agrícola, florestal, Infraestruturas e Serviços	▪ Índícios primários de colaboração entre o setor primário e a comercialização através de circuitos curtos agroalimentares ▪ Desenvolvimento de atividades ligadas ao comércio (p. ex. feiras e mercados) ▪ Presença de produtos endógenos certificados e de qualidade que sustentam a gastronomia tradicional ▪ Boa articulação entre cooperativas locais com forte impacto a nível regional ▪ Localização geográfica favorável	▪ Insuficiente divulgação e disponibilização dos produtos endógenos ▪ Poucas infraestruturas de apoio às atividades agrícolas e florestais, de modo a agilizar a dinâmica (inquéritos) ▪ Reduzida oferta de transportes públicos para as povoações rurais (inquéritos) ▪ Acessibilidades não facilitam a mobilidade em distâncias maiores ▪ Alguns municípios não disponibilizam a oferta necessária em número de alojamentos turísticos
Sustentabilidade e Clima	▪ Existência de Planos Intermunicipais que estabelecem ações conjuntas de mitigação e adaptação às alterações climáticas e impactes associados ▪ Surgimento de projetos que atentam a promoção da economia circular, do desenvolvimento sustentável e da coesão territorial, como o apoio à agricultura sustentável e ecoturismo como o Gavião Nature Village ▪ Desenvolvimento de ações concretas de adaptação como a melhor gestão da água, a partir de sistemas de armazenamento e reutilização de água para lidar com a escassez, práticas de agricultura mais sustentáveis e adaptadas ao clima, e a florestação e reflorestação, promovendo o aumento da cobertura florestal para proteger os ecossistemas ▪ Desenvolvimento de ações concretas de mitigação como a aposta em energias renováveis, na eficiência energética, o incentivo à reciclagem e redução na produção de resíduos e envolvimento da comunidade na adoção de práticas sustentáveis	▪ Alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável abaixo do estipulado até 2030 ▪ Falta de conscientização ambiental e envolvimento público ▪ Gavião tem freguesias consideradas “territórios vulneráveis” com elevado risco de incêndio rural, contactando com o PRGP-PIS (Despacho n.º 12735-B/2021, 28/12)
Transição Energética e Digital	▪ Existência de Planos de Ação para a Energia Sustentável, iniciativa europeia que revela o compromisso de parte do território no âmbito da transição energética ▪ Investimento em infraestruturas de produção de energias renováveis no território da LeaderSor ▪ Compromisso em questões de valorização da biomassa e reduções de emissões de gases com efeito de estufa	▪ Fraca cobertura de banda larga de internet por fibra ótica fora dos centros urbanos (inquéritos) ▪ Fraca cobertura da rede móvel fora dos centros urbanos (reunião de grupo focal)
Governança Local, Cidadania e Sociedade Civil	▪ Iniciativas Leader anteriores, tem fomentado a coesão entre atores e permitido o apoio ao desenvolvimento regional ▪ Ligação e esforço cooperativo por parte das entidades associadas ao GAL	▪ Escassez de iniciativas e dinâmica que fomentem a governança territorial multinível ▪ A dispersão e extensão do território limita uma maior coesão social e a governança local

Áreas temáticas	Oportunidades	Ameaças
População	▪ A fixação de população estrangeira (migrantes trabalhadores) pode contribuir para inverter despovoamento acentuado	▪ Escassez de políticas de desenvolvimento rural voltadas para a fixação de jovens qualificados, incluindo jovens agricultores ▪ Escassez de oferta de serviços centrais e de comércio especializado
Economia e Emprego	▪ Capacidade de atração turística e fixação populacional ▪ Potencial de crescimento económico adjacente à indústria corticeira e outras fileiras ▪ Evolução da proporção de população qualificada empregada ligada ao setor primário e secundário com margem de progressão na carreira ▪ Disponibilidade de fundos comunitários que voltados à criação de emprego e a competitividade económica ▪ Possibilidade de atração de incentivos que estimulem a capacitação populacional e o empreendedorismo, que atentem o aproveitamento dos recursos e as potencialidades da região ▪ Manutenção e extensão das infraestruturas de aproveitamento hidroagrícola e de áreas de regadio e exploração das suas potencialidades no território ▪ Aposta no turismo de nicho no contexto rural, ligado às atividades equestres e desportos náuticos	▪ Escassez de recursos humanos qualificados em áreas da produção agroflorestal ▪ Contínuo abandono de atividades tradicionais ▪ Insuficiente gestão e valorização dos recursos florestais e agrícolas, com reduzida implementação de boas práticas agrícolas e ambientais ▪ Escassez de superfície irrigável e insuficiente aproveitamento hidroagrícola que diminui o potencial produtivo da região
Recursos do Património Rural	▪ Potencial de aproveitamento do património existente para criação de valor (reunião do grupo focal) ▪ Capacidade de desenvolvimento de atividades recreativas e culturais ▪ Olivoturismo associado à maior produção de azeite a nível nacional (a sua ligação à gastronomia e ao património histórico incalculável, permite criação de emprego e evidente aumento da riqueza) ▪ Valorização da Gastronomia Alentejana	▪ Com o declínio das atividades tradicionais, há o risco de perda de conhecimentos e saberes ancestrais relacionados à agricultura, artesanato e outras práticas culturais, comprometendo a identidade local e a transmissão intergeracional dessas tradições ▪ A falta de conservação e investimento pode levar ao declínio de edifícios históricos, como casas rurais, moinhos e igrejas, diminuindo o potencial turístico e cultural da região
Produção, Infraestruturas e Serviços	▪ Capacidade de ligação entre mercados e de estreitamento da relação entre produtor e consumidor ▪ Aposta em produtos subvalorizados, nomeadamente a cortiça e os frutos de casca rija	▪ Problemas associados ao setor agropecuário dificultam a prosperidade da produção e comercialização, afetando toda a dinâmica territorial

Sustentabilidade e Clima	• Potencial para o desenvolvimento sustentável territorial através da incorporação de estratégias que conjuguem as preocupações da produção agrossilvopastoril com outros setores do desenvolvimento e as questões da sustentabilidade • Capacidade de autossuficiência do território com base nas barragens existentes e nas projeções efetuadas, contemplando o aproveitamento energético, hídrico e agroalimentar • Aposta em subprodutos numa perspectiva de sustentabilidade e circularidade ao longo de toda a cadeia de valor	• Eventos climáticos extremos como ondas de calor, associados à problemática das alterações climáticas, afetam drasticamente o território, principalmente no que diz respeito à diminuição das potencialidades do solo e da qualidade de vida da população • Reduzida massa crítica e fraca aposta na sensibilização e consciencialização ambiental da população que leva à contínua implementação de práticas ambientais nocivas
	• Alinhamento estratégico territorial em matéria de adaptação às alterações climáticas, levando à transição necessária do território	
Transição Energética e Digital	• A existência de recursos naturais abundantes, como a forte radiação solar e vento, que podem ser explorados para a produção de energia limpa e renovável, como a energia solar e eólica • Potencial produtivo energético da Barragem do Pisão, em construção (reunião do grupo focal)	• Maior dificuldade na transição energética e digital em espaços de baixa densidade populacional • A falta de acesso à internet de alta velocidade e outras tecnologias pode dificultar a implementação de soluções digitais e a prestação eficiente de serviços públicos
Governança Local, Cidadania e Sociedade Civil	• Potencial para a continuidade de iniciativas ligadas a Quadros Comunitários de Apoio, nas quais os atores locais podem vir a ser dos principais beneficiados • Reforço de sinergias, parcerias e vínculos de união identitária entre os diversos agentes locais, através de incentivos a projetos com objetivos comuns e partilha de conhecimento e experiências	• A diminuição da população e o envelhecimento podem diminuir a participação política da população

5. ESTRATÉGIA: VISÃO, DESAFIOS E EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

A definição das linhas estratégicas desta EDL toma como referência, por um lado, o conjunto de orientações internacionais e nacionais e, por outro lado, o conjunto de fundos que virão financiar as DLBC, em particular, e dada a natureza rural deste território, a iniciativa Leader através da qual estão canalizados os fundos FEADER. Neste sentido, tendo por base quer os aspetos mais relevantes da caracterização e diagnóstico do território estabelecido, quer a constituição e as características da Parceria que se propõe coordenar a concretização desta EDL, considera-se que a sua Visão Estratégica deverá incluir de forma explícita e integrada as orientações dos instrumentos estratégicos citados e as principais dimensões dos instrumentos políticos e financeiros que a suportam. Com efeito, propõe-se para a EDL Leader Sor 23-27, a seguinte Visão:

*A região da **LeaderSor** será um território mais sustentável, através da valorização dos seus recursos endógenos de carácter produtivo, naturais e identitários, sobretudo um sector agro-florestal onde os ativos social, administrativo e económico de base local, funcionam em simbiose tendo em vista revitalizar os fatores socioeconómicos que alavancam o empreendedorismo local e criam novas fontes de rendimento e de valor acrescentado com capacidade de fixar população.*

Como objetivos gerais desta estratégia consideram-se quatro grandes prioridades: OG1. Desenvolver as fileiras agro-silvo-industriais; OG2. Potenciar o empreendedorismo de base local e empregabilidade; OG3. Desenvolver o turismo de forma integrada com os recursos patrimoniais; OG4. Fomentar uma governação estratégica em rede. Por sua vez, o alcance desta Visão e dos objetivos gerais tem subjacente um conjunto de desafios que são colocados às comunidades locais deste território, e que vão ao encontro das principais perceções identificadas no diagnóstico territorial. Estes desafios traduzem-se nos principais Eixos de Desenvolvimento (enfoques) e domínios de intervenção que se consideram ser áreas prioritárias. Estes eixos estão em sintonia com as necessidades principais e complementares deste território.

Quadro 4 – Relação entre Eixos de desenvolvimento, domínio de intervenção e necessidades

Eixos		EX1. Desenvolvimento sustentável da agricultura e floresta				EX2. Empreendedorismo e economia social nas zonas rurais				EX3. Valorização dos recursos patrimoniais e turísticos				EX4. Governança, cooperação e parcerias		
Domínios de Intervenção		D1. Modernização das explorações	D2. Ação climática e gestão eficiente dos recursos	D3. Cadeias curtas: do prado ao prato	D4. Produção local de energias renováveis	D5. Reforço das cadeias de valor	D6. Territórios inteligentes: Inovação tecnológica e empresarial	D7. Empregabilidade e apoio às empresas	D8. Resiliência social das zonas rurais	D9. Promoção dos recursos endógenos e turísticos	D10. Restauração das paisagens culturais	D11. Procura crescente de produtos locais	D12. Sinergias entre o turismo, comércio e transformação no setor agrícola	D13. Comunidades capacitadas e dinâmicas	D14. Trabalho em rede; Plataforma de revitalização rural	D15. Investigação e inovação para as comunidades rurais
Necessidades Principais	PTOE8N2	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X
	PTOE8N1			X		X	X		X					X	X	
	COE8N1	X		X	X	X		X				X	X	X	X	X
	COE8N2	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X
	COE8N5	X	X	X	X	X	X				X	X	X	X	X	X
	COE8N6	X	X	X		X	X						X			X
	COE8N7	X		X		X	X		X			X				X
	COE1N5	X		X		X				X						
	COE2N1			X					X			X	X			X
	PTOE2N1	X	X		X			X							X	
Necessidades Complementares	PTOE4N1	X	X	X	X											
	COE4N5	X	X		X		X									

PTOE4N2		X		X											
PTOE6N1	X	X							X						
COE6N4	X	X							X	X					
COE6N5	X	X				X		X	X		X				
COE6N6		X													
COE7N5					X								X	X	
COE9N5					X		X				X				
COE9N8			X				X				X				X
PTOTN1							X		X						X
PTOTN2					X				X			X	X		
PTOTN4			X			X	X					X	X	X	
PTOTN3		X	X		X	X	X						X		

6. ENVOLVIMENTO COM PARCEIROS E COMUNIDADES LOCAIS

Numa lógica de abordagem ascendente (*bottom-up*), considera-se que o envolvimento com as comunidades locais é determinante para o sucesso de qualquer estratégia de desenvolvimento territorial, pelo que, também no presente caso, constitui um fator determinante para a prossecução favorável da EDL Leader Sor 23-27. De facto, são os agentes e atores mais próximos do território, sobretudo mais conectados com os aglomerados rurais, sob a forma individual ou associada, que irão executar o conjunto de ações, iniciativas e investimentos que têm enquadramento nesta estratégia, tendo em consideração as elegibilidades que os fundos pré-definem.

Com este princípio, o envolvimento com os agentes locais teve início na fase de preparação desta EDL, quer para a afinação e atualização do diagnóstico territorial, quer para a definição das linhas macro e das principais orientações estratégicas. Neste contexto, foi realizado:

- Um inquérito por questionário online a todos os 26 Presidentes das Juntas de Freguesia dos 6 Municípios que integram o território da LeaderSor (anexo “Métodos Participativos”).
- Um grupo focal com entidades locais, que envolveu a Associação Vozes do Montado, Associação Montes Alentejanos, TributAlfazema, Sociedade Agrícola Herdade do Gamoal, Associação Aflosor, Câmara Municipal de Ponte de Sor e Câmara Municipal de Mora (anexo “Métodos Participativos”).
- Uma sessão pública de apresentação da versão prévia da EDL tendo em vista o debate e a recolha de contributos para ajustes finais do documento estratégico (anexo “Métodos Participativos”).
- Recolha formal de parecer e contributos para a versão final a cada um dos parceiros (ver anexo).

Não obstante, por forma a melhorar o envolvimento das comunidades locais e dos parceiros na prossecução dos objetivos da EDL e durante a sua vigência, a LeaderSor compromete-se com a identificação de um conjunto de circunstância que venham a ser criadas pela Parceria estabelecida, no sentido de ampliar de forma significativa a participação e o envolvimento de todos os interessados. Desde logo maximizando o potencial de cada parceiro para o fortalecimento da rede e sinergias criadas.

Assim, durante o período que medeia entre a submissão da candidatura nesta 1ª fase de reconhecimento dos GAL e a versão final das EDL, a LeaderSor tem já prevista a realização de um conjunto de iniciativas que visam fomentar o envolvimento dos parceiros (e outras entidades externas) e a criação de sinergias entre o grupo, por forma a estabelecer o desenho final da EDL. Neste sentido destacam-se os seguintes compromissos:

- Realização de sessões de discussão e aprofundamento da EDL a realizar nos municípios parceiros, em colaboração com as respetivas Câmaras Municipais. Serão sessões abertas ao público onde se propõe a presença não só de associados e entidades parceiras como da população local em geral. Destes encontros resultarão novos contributos para a densificação das ações estratégicas e o estabelecimento de medidas.
- Realização de, pelo menos, uma reunião do Conselho Consultivo Alargado de Parceiros, para discussão e aprovação da versão final da EDL. Dependente dos resultados deste encontro, poderá ser marcada nova reunião para dar seguimento aos trabalhos.
- Realização de reuniões de trabalho com as Parcerias pré-qualificadas para a gestão do DLBC Rurais em territórios adjacentes e/ou próximos, com o objetivo de preparar projetos de cooperação interterritorial e, com isso, fomentar-se e sinergias com outros territórios.

Por seu turno, após a aprovação da versão final da EDL, decorrerão em contínuo um conjunto de ações de divulgação da Estratégia que visa fortalecer o empenho das comunidades locais nesse processo de alcançar os objetivos definidos. Destacam-se as seguintes iniciativas:

- Sessões de divulgação do conjunto de operações/iniciativas/investimentos abrangidos no âmbito da EDL, em todos os concelhos do seu território de influência. Pretende-se uma periodicidade semestral.

- Preparação de folhetos informativos sobre as diversas tipologias de iniciativas elegíveis no âmbito da EDL, a distribuir através das diversas entidades que fazem parte da Parceria e com protocolos.
- Criação de um balcão de informações sobre as iniciativas a apoiar.
- Realização, com uma periodicidade mínima semestral, de reuniões de Conselho Consultivo Alargado de Parceiros, com vista à discussão da implementação da EDL.

Todas estas ações de envolvimento das comunidades locais, servirão para garantir o acesso transparente a todo o tipo de informação relevante à execução da EDL, nomeadamente: domínios e áreas de apoio prioritárias; calendários de candidaturas de acordo com as medidas estabelecidas; tipos, níveis e taxas de apoio; beneficiários e despesas elegíveis; condições de acesso e critérios de seleção; reembolso de despesas; estatísticas e indicadores de concretização da EDL.

7. ARTICULAÇÃO COM OUTRAS ESTRATÉGIAS

Para a definição dos eixos de desenvolvimento estratégico, foi tida em consideração o seu enquadramento e articulação quer com as estratégias de nível nacional e regional superior, quer com algumas estratégias setoriais relevantes para o contexto, de onde se destaca a Estratégia Portugal 2030, o próprio Plano Estratégico da PEPAC 2023-2027, o Programa Regional do Alentejo 2021-2027, a Estratégia regional Alentejo 2030, a Estratégia Regional de Especialização Inteligente Alentejo 2030 e Estratégia Regional de Desenvolvimento Turístico do Alentejo e Ribatejo 2021-27. Refiram-se algumas dessas sobreposições estratégicas:

- Desenvolvimento sustentável da agricultura e floresta: Este eixo apresenta um grande alinhamento com todos os objetivos gerais e específicos da PEPAC 23-27 assim como o objetivo transversal ligado à modernização do setor agrícola e florestal. Alinha-se também com a agenda n.º 3 “Transição climática e sustentabilidade dos recursos” da Estratégia Portugal 2030. Regionalmente alinha-se com os objetivos estratégicos “Alentejo + competitivo e inteligente” e “Alentejo + Verde” do Programa Regional do Alentejo 2030 (associados a uma transformação económica inovadora, hipocarbónica que promova transição energética limpa e equitativa, da economia circular, entre outros) e com os objetivos 2 e 4 da Estratégia Regional Alentejo 2030 (associados à transição energética e afirmação da competitividade).
- Empreendedorismo e economia social nas zonas rurais: Este eixo apresenta relações com alguns objetivos estratégicos da PEPAC 23-27, nomeadamente o OG1 “Promover um setor agrícola inteligente, resiliente e diversificado, de modo a garantir a segurança alimentar” e o OG3 “Reforçar o tecido socioeconómico das zonas rurais”. Alinha-se também com o objetivo transversal ligado à modernização do setor. De certa forma, cruza-se com todas as agendas da Estratégia Portugal 2030, em particular a nº2 “Digitalização, inovação e qualificação como motores do desenvolvimento”. Relativamente à Região Alentejo a sobreposição predomina com o objetivo “Alentejo + Competitivo e mais inteligente”, “Alentejo + Social e Inclusivo”.
- Valorização dos recursos patrimoniais e turísticos: Este eixo apresenta um grande alinhamento com todos os objetivos da PEPAC 23-27 nº 2 sobre o apoio à proteção do ambiente e à luta contra as alterações climáticas” e nº 3 relativo ao reforço do tecido socioeconómico das zonas rurais”. Cruza-se com as agendas 2 e 3 da Estratégia Portugal 2030. Regionalmente a alinha-se com os objetivos estratégicos nº1 e 4 da Estratégia Regional Alentejo 2030 (associados ao acesso a serviços de interesse geral, e a investimentos nos setores regionais emergentes).
- Governança, cooperação e parcerias: Este eixo apresenta preocupações relativamente transversais aos restantes eixos, nomeadamente com todos os objetivos estratégicos da PEPAC 23-27 em particular o objetivo transversal associado à promoção e partilha de conhecimentos, inovação e digitalização. Coincide com as preocupações do objetivo 6 da Estratégia Regional Alentejo 2030 relativo ao reforço das condições de governações e ação coletiva, bem como com os objetivos estratégicos do Programa Regional do Alentejo 2030 “Alentejo + Conectado” e “Alentejo + Próximo”.

Reconhece-se assim a pertinência do quadro estratégico de referência da atual EDL Leader Sor 23-27, nomeadamente o seu alinhamento com as agendas e objetivos macroestratégicos dos instrumentos nacionais e regionais. Neste campo salienta-se a importância das principais prioridades da EDL que estão em consonância com o território de intervenção da LeaderSor e com as agendas prioritárias centrais para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território de Portugal no horizonte de 2030, de onde se destacam as questões da agricultura e florestas sustentáveis, associadas à descarbonização da sociedade e transição energética, à economia circular, da inovação empresarial e qualificação das instituições, da competitividade das redes urbanas, bem como da qualificação dos recursos humanos e da sustentabilidade demográfica.

Para além disso, reforça-se a articulação com as grandes linhas e objetivos expressos também nos seguintes documentos, cujo estabelecimento se deve à necessidade de convergência dos objetivos e resultados esperados pela EDL com os próprios objetivos definidos em cada um destes documentos estratégicos.

- Pacto de Desenvolvimento Local 2030⁴, no qual se defende que uma abordagem ascendente comandada pelos atores locais é essencial quando combinada e integrada com as mais tradicionais abordagens descendentes das autoridades regionais. Este pacto reconhece a importância da integração multisetorial, numa estratégia concertada entre parceiros públicos e privados responsáveis pela prossecução dos objetivos e ações de desenvolvimento.
- Estratégias de Turismo: Estratégia Turismo 2027 (ET2027)⁵, Estratégia Regional de Desenvolvimento Turístico do Alentejo e Ribatejo 2021-27⁶ e o Plano Operacional de Turismo do Alto Alentejo⁷.
- Plano Nacional da Água assim como o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste 2022-2027, em virtude importância que os recursos hídricos têm para este território.
- Plano Nacional Energia-Clima 2030⁸ (PNEC 2030), que se alinha com as preocupações com a transição energética para uma economia neutra de carbono e de esforço de combate às alterações climáticas.
- Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alto Alentejo (PIAAC-AA)⁹ e Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alto Central (PIAAC-AC)¹⁰, pelas preocupações crescentes com a capacidade de resiliência dos territórios aos efeitos mais desfavoráveis dos eventos climáticos perigosos.

8. CONTRIBUTO PARA OS RESULTADOS ESPERADOS

O quadro seguinte refere-se à alocação (%) da verba FEADER a cada um dos indicadores de Resultado que se prevê concretizar com o conjunto de ações associadas a cada um dos eixos de desenvolvimento estabelecidos para a EDL Leader Sor 23-27. A definição desta distribuição de verbas tem por base quer o histórico do trabalho desenvolvido por esta GAL, no âmbito da gestão do DLBC Rural PDR2020 e Portugal 2020, quer às necessidades identificadas para este território que resultam do diagnóstico realizado. Reforça-se a vontade de continuar a aposta dos principais setores de desenvolvimento deste território (sobretudo setor primário e o turismo), aliando-se a capacidade de resiliência e o espírito empreendedor da população, mesmo perante cenários mais adversos como os que se têm sentido nos últimos anos.

Quadro 5 – Resultados esperados

Eixos	EX1. Desenvolv.sustentável da agricultura e floresta				EX2. Empreendedorismo e economia social nas zonas rurais				EX3. Valorização dos recursos patrimoniais e turísticos				EX4. Governança, cooperação e parcerias				TOTAL
Domínios de Intervenção	D1. Modernização das explorações	D2. Ação climática e gestão eficiente dos recursos	D3. Cadeias curtas: do prado ao prato	D4. Produção local de energias renováveis	D5. Reforço das cadeias de valor	D6. Territórios Inteligentes: Inovação tecnológica e empresarial	D7. Empregabilidade e apoio às empresas	D8. Resiliência social das zonas rurais	D9. Promoção dos recursos endógenos e turísticos	D10. Restauração das paisagens culturais	D11. Procura crescente de produtos locais	D12. Sinergias entre o turismo, comércio e transformação no setor agrícola	D13. Comunidades capacitadas e dinâmicas	D14. Trabalho em rede; Plataforma de revitalização rural	D15. Investigação e inovação para as comunidades rurais		
Resultados																	
R.37	1,25	0,0	1,25	0,0	2,5	2,5	0,0	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10 %	
R.39	1,7	1,7	1,7	1,6	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6	1,7	0,0	1,7	1,7	15 %	
R.40	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	5 %	
R.41	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	0,0	1,1	1,2	1,2	0,0	0,0	1,1	1,2	0,0	1,1	8 %	
R.42	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	3 %	
R.9	7,0	0,0	3,0	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	3,0	0,0	0,0	0,0	20 %	
R.10	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	5 %	
R.15	1,9	1,9	1,8	1,9	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	1,9	0,0	1,9	0,0	15 %	
R.17	1,3	1,3	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	0,0	1,2	0,0	1,3	1,3	0,0	9 %	
R.18	2,5	2,5	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5	0,0	10 %	
TOTAL	43,1				20,3				18,9				17,7				100 %
R.37 - Crescimento e emprego nas zonas rurais						R.39 - Desenvolver a economia rural						R.40 - Transição inteligente da economia rural					
R.41 - Interligar a Europa rural						R.42 - Promover a inclusão social						R.9 - Modernização das explorações agrícolas					
R.10 - Melhor organização da cadeia de abastecimento						R.15 - Energia renovável proveniente da agricultura, da silvicultura e de outras fontes renováveis											
R.17 - Solo florestado						R.18 - Apoio ao investimento no setor florestal											

9. PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação consiste na materialização da estratégia de desenvolvimento, com a definição de intervenções estruturantes a desenvolver no âmbito de cada um dos eixos de desenvolvimento e objetivos estratégicos identificados

⁴ <https://www.minhatererra.pt/wst/files/113321-PACTOXDL2030.PDF>
⁵ <https://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf>
⁶ https://www.visitalentejo.pt/fotos/editor2/pdfs/Documentos_Estrategicos/ERT_Alentejo_Relatorio_Final_122020.pdf
⁷ <https://www.cimaa.pt/download/plano-operacional-de-turismo-do-alto-alentejo-fase-ii/#>
⁸ <https://participa.pt/contents/consultationdocument/imported/2585/670002.pdf>
⁹ <https://www.cimaa.pt/documentos/documentos-estrategicos/#>
¹⁰ <https://www.cimac.pt/sobre-piaac-ac/>

anteriormente. Neste momento de definição estratégica, apresenta-se o conjunto de linhas de ação ou propostas de intervenção e implementação a que a EDL dará continuidade.

Quadro 6 – Linhas de ação

EX1. Desenvolvimento sustentável da agricultura e floresta	
D1. Modernização das explorações	• Reforçar as condições para o desenvolvimento das atividades agropecuárias e florestais, modernizando as explorações associadas. • Potenciar a utilização do regadio em atividades de elevado valor acrescentado, ampliada com a nova barragem do Pisão. • Divulgar ações de informação sobre produtos agrícolas certificados, interação entre produtores e comunidade local. • Renovar ou adquirir máquinas/equipamentos para adaptar à maquinaria existente nas explorações agroflorestais, tais como: GPS, sistema ISOBUS, equipamento de aplicação de adubos e fitofarmacêuticos com taxa variável. • Promover a elaboração de estudos de implementação de culturas (espécies, variedades, dimensionamento e tipo de sistemas de rega, contas de cultura, etc), tais como estudos de condutividade elétrica do solo, análises de solo, planos culturais, etc.
D2. Ação climática e gestão eficiente dos recursos	• Promover a gestão eficiente da água na agricultura, incentivando a utilização de sistemas de irrigação de alta eficiência. • Desenvolver estratégias de adaptação às mudanças climáticas, tendo em consideração as previsões de alterações nos padrões climáticos, como culturas resistentes à seca. • Promover revitalização e gestão sustentável da floresta e dos ecossistemas associados à charneca e montado de sobreiro. • Apoiar a transição energética, pela produção de energias limpas e renováveis, diminuindo pegada ecológica. • Incentivar e apoiar projetos de economia circular em contexto empresarial e comunitário. • Criar uma unidade de compostagem, numa ótica de economia circular. • Estabelecer parcerias com empresas, instituições de pesquisa e ensino e organizações governamentais para partilhar recursos, conhecimentos e melhores práticas. • Apoiar a transição energética, promovendo as energias limpas e o uso eficiente de energia. • Aproveitamento de resíduos de agropecuária para produção de biogás/biodiesel e introdução dos mesmos no processo de produção de energia e/ou na frota (articulação com a D4 - Produção local de energias renováveis). Após o aproveitamento destes resíduos os mesmos poderão ser encaminhados para produção de adubos e fertilizantes naturais.
D3. Cadeias curtas: do prado ao prato	• Clusterizar empresas e outras entidades por fileiras agro-silvo-industriais relevantes (hortícolas, frutos casca rija, aromáticas, cortiça... • Apoiar iniciativas que otimizem a distribuição de produtos e a ligação entre produtores, distribuidores e consumidores, evitando o desperdício alimentar (por exemplo e-commerce de produtos locais, equacionando alternativas para evitar o desperdício alimentar).
D4. Produção local de energias renováveis	• Estimular a produção e valorização de alternativas energéticas sustentáveis a partir dos recursos endógenos renováveis (solar, hídrica e biomassa). • Apoiar projetos de inovação de sistemas de produção agrícola, a bioeconomia e economia circular. • Desenvolver e implementar sistemas armazenamento de energia (como baterias) para armazenar o excesso de energia gerada durante períodos de pico e/ou períodos noturnos, promovendo-se o acesso a energia em locais distantes da rede de distribuição e a redução dos custos associados ao estabelecimento das ligações necessárias (atratividade ao nível do investimento). Possibilidade de aproveitamento dos excedentes de produção dos sistemas fotovoltaicos para produção de hidrogénio verde. • Promover a conscientização e capacitar agricultores e proprietários de terras para adotar tecnologias de energia renováveis. • Estabelecer parcerias com empresas, instituições de pesquisa e ensino e organizações governamentais para partilhar recursos, conhecimentos e melhores práticas; • Implementar sistemas de monitoramento para avaliar a eficácia das intervenções e o impacto na produção de energia renovável.
EX2. Empreendedorismo e economia social nas zonas rurais	
D5. Reforço das cadeias de valor	• Ampliar condições para a diversificação da atividade agrícola e o aumento do capital produtivo. • Promover o desenvolvimento integrado de empresas e produtores por fileiras.
D6. Territórios inteligentes: Inovação tecnológica e empresarial	• Alargar a rede de fibra ótica e o acesso ao conteúdo digital, sobretudo nos aglomerados rurais. • Estimular ações de capacitação e literacia digital e cibersegurança. • Promover parcerias entre empresas e instituições de ensino superior e de investigação para a inovação tecnológica. • Criar bolsas de projetos de modo a enquadrar os recém-licenciados nas suas diversas áreas de formação visando ganharem experiência e manter os mesmos no interior combatendo a desertificação e possibilidade de criação de empregos. • Atribuição de incentivos a nível de habitação e impostos municipais para atrair jovens de outras zonas do país que estejam em regime de teletrabalho assim como a criação de "workspaces", onde estes trabalhadores possam estar a desenvolver a sua atividade
D7. Empregabilidade e apoio às empresas	• Estimular a instalação e criação de atividades de apoio complementar à agroindústria. • Apoiar projetos inovadores capazes de gerar emprego. • Apoiar a instalação de jovens agricultores. • Apoiar o desenvolvimento de atividades de I&D sobre empreendedorismo feminino no território. • Apoiar projetos de empreendedorismo feminino.
D8. Resiliência social das zonas rurais	• Ampliar o apoio às organizações do setor da economia social. • Fomentar iniciativas de promoção de vida saudável e envelhecimento ativo. • Promover parcerias entidades, organizações e empresas e instituições de ensino superior e de investigação para a inovação social. • Promover o acesso à habitação de população jovem. • Apoiar os pequenos produtores, promovendo nas zonas de maior movimentação das localidades, espaços designados para lojistas onde a renda seja subsidiada de modo a garantir a sua subsistência. • Atribuir de lotes nas zonas indústrias para instalação de diversos tipos de indústria. E atribuir benesses aos mesmos que decidam integrar, tais como isenção de impostos durante determinado período, etc.
EX3. Valorização dos recursos patrimoniais e turísticos	
D9. Promoção dos recursos endógenos e turísticos	• Potenciar mecanismos de criação e apoio às empresas do setor do turismo, ampliando a oferta de serviços, a sua qualificação e a sustentabilidade nas diferentes dimensões (ambiental, económica e social). • Promover ações para a ampliação/remodelação de infraestruturas turísticas no território. • Criar sinergias entre as diversas unidades turísticas de modo a poderem criar um produto turístico mais sofisticado e que vai de encontro com a procura do cliente (criação de rede de percursos para bicicletas/pedestres passando pelos pontos de interesse cultural e/ou ambiental).
D10. Restauração das paisagens culturais	• Conservar e promover o património paisagístico e ambiental da região, nomeadamente ligado à área de Rede Natura –Sítio de Cabeção.
D11. Procura crescente de produtos locais	• Maximizar e valorizar o património natural e cultural através da sua integração com setores de desenvolvimento chave, como o turismo e agricultura.
D12. Sinergias entre o turismo, comércio e transformação no setor agrícola	• Promover alternativas inovadoras de valorização dos recursos endógenos. • Integrar a oferta turística da região no turismo do Alentejo, associando-a à grande 'marca territorial'. • Criar roteiro turístico onde englobe os melhores pontos de interesse da região.
EX4. Governança, cooperação e parcerias	
D13. Comunidades capacitadas e dinâmicas	• Estimular e ampliar a colaboração entre entidades e organizações locais, nomeadamente territórios confinantes, garantindo escala às iniciativas a realizar.
D14. Trabalho em rede; Plataforma de revitalização rural	• Incentivar sinergias e espírito associativo entre os diferentes agentes do território. • Criar plataforma digital de trabalhos colaborativos. • Promover ações de capacitação para o trabalho colaborativo. • Divulgar e apoiar boas práticas de trabalho colaborativo.
D15. Investigação e inovação para as comunidades rurais	• Promover a criação de valor acrescentado a partir dos recursos rurais, divulgando-os ativamente. • Dinamizar e promover parcerias entre empresas e instituições (I&D) para inovar e valorizar os recursos endógenos do território. • Dinamizar e promover parcerias entre entidade/organizações e instituições de I&D para promover a qualidade de vida das pessoas no território. • Ampliar a oferta de cursos nas instituições de ensino da região para promover a formação dos jovens em sectores necessários à modernização do setor agroflorestal. (técnicos de sistemas de rega; operadores de maquinaria equipada com GPS, ISOBUS, etc., pilotos de drones agrícolas, etc.)